



Frutas nativas no PNAE: fomentando a sociobiodiversidade
Native Fruits in School National Feeding Program (PNAE): promoting socio-biodiversity.

SILVA, Oscarina Teodora Prado Santos¹; FERREIRA, Juliane Maria da Silva²
¹ UNIVAP, oscarine@gmail.com ² UNESP, juliane.maria@unesp.br

RESUMO EXPANDIDO

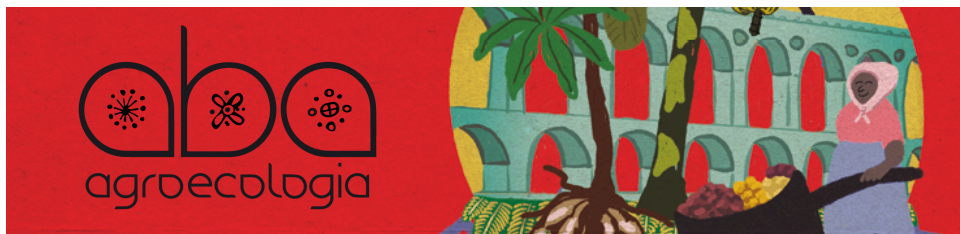
Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Este resumo destaca a importância de incluir frutas nativas da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando a saúde dos estudantes e a sustentabilidade. A recente regulamentação que permite a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE é um marco significativo na promoção de uma alimentação saudável e ecologicamente responsável nas escolas. Porém, desafios na articulação entre a demanda escolar e a produção das famílias agricultoras camponesas precisam ser superados para garantir o fornecimento consistente dos alimentos. Isso é essencial para alcançar os benefícios sociais e ambientais esperados, fomentando práticas agrícolas de base ecológica e fortalecendo a comunidade escolar e as famílias produtoras locais, promovendo o bem-estar dos estudantes e das comunidades rurais.

Palavras-chave: alimentação; escolar; sustentabilidade; política pública; economia.

Introdução

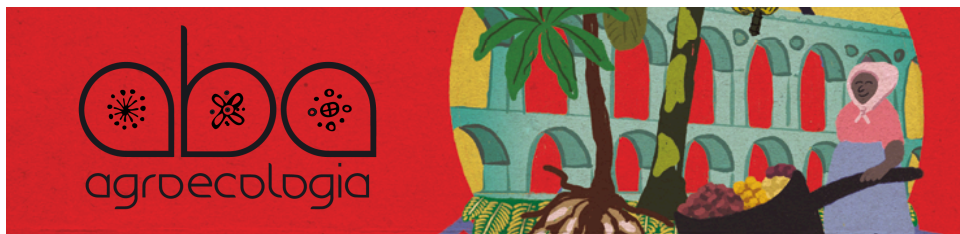
As frutas nativas se originam de regiões ou ecossistemas específicos, evoluindo ao longo de milhares de anos dentro desses ambientes. Sua adaptação às condições climáticas, ao solo e à biodiversidade local é notável, resultando em uma relação simbiótica com os ecossistemas de origem, são parte integrante da flora nativa de uma região e muitas vezes desempenham um papel importante na dieta e cultura das comunidades locais. Além de desempenharem esse papel, frequentemente essas frutas possuem características singulares de sabor, textura e valor nutricional. Sua composição natural também pode conferir benefícios à saúde. No entanto, devido à colonização, globalização e às transformações nas práticas agrícolas, muitas frutas nativas enfrentam ameaças significativas, como a perda de diversidade genética e de habitat. Diante desse cenário, a conservação e a promoção do uso sustentável dessas variedades assumem um papel crucial na preservação da biodiversidade e da herança cultural associada a essas frutas nativas. O cultivo ou manejo de frutas nativas pode ser realizado pelo cultivo tradicional e o extrativismo sustentável. Ambas com o objetivo de garantir que as frutas nativas sejam usadas de maneira consciente e benéfica para os ecossistemas e as comunidades. Portanto, a abordagem de cultivo ou extrativismo sustentável de frutas nativas representa uma forma de equilibrar a utilização humana desses recursos com a necessidade de conservação, garantindo que as gerações futuras



possam continuar a se beneficiar desses tesouros naturais. Estabelecer a compra de frutas nativas produzidas pela agricultura familiar camponesa como parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando promover a saúde dos estudantes e incentivar a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social. A regulamentação recente que permite a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE é um importante passo para a promoção de uma alimentação mais saudável e sustentável nas escolas. No entanto, a viabilidade de fornecer regularmente 30% dos alimentos de origem local ainda enfrenta desafios de articulação entre a demanda das escolas municipais e a oferta das famílias agricultoras camponesas.

Nesse contexto, a compra de frutas nativas produzidas pela agricultura familiar camponesa não apenas contribui para fortalecer a economia local e a identidade das comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, mas também favorece a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo. Além disso, ao promover a organização e a associação das famílias agricultoras camponesas, reforça o tecido social das comunidades rurais, estimulando as relações locais e outras formas de economia. Além de promover a valorização da produção familiar camponesa e a ampliação da oferta de alimentos de qualidade, possibilitando uma maior diversificação dos cardápios escolares, tornando a alimentação dos estudantes mais nutritiva e culturalmente rica. Em suma, ao estabelecer a compra de frutas nativas da agricultura familiar camponesa como parte do PNAE, visa-se não apenas melhorar a qualidade da alimentação escolar, mas também fomentar um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, integrado e consciente, beneficiando tanto os estudantes quanto às comunidades rurais e o meio ambiente como um todo.

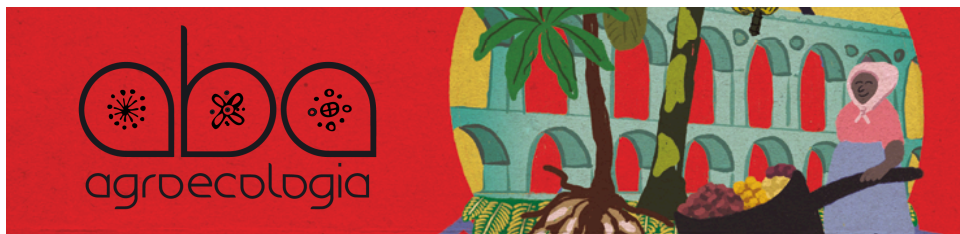
O desenvolvimento rural não pode ser deixado ao acaso, dependendo apenas das forças de mercado. Pelo contrário, é essencial que políticas adequadas sejam elaboradas para promovê-lo. Isso requer uma mudança nas expectativas das elites brasileiras em relação ao meio rural, pois, muitas vezes, há uma visão de esvaziamento social, cultural e demográfico como um resultado inevitável do próprio desenvolvimento. Abramovay (1999). Para a sociedade brasileira, o meio rural pode desempenhar funções positivas, sendo crucial para o processo de descentralização do crescimento econômico e o fortalecimento das cidades médias. É notório que altos índices de desemprego e pobreza no cenário rural têm chamado a atenção do Estado, impulsionando a criação de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda para as famílias em situação de vulnerabilidade nas Zonas Rurais nas últimas décadas, evidenciando a ineficiência da cultura de subsistência para atender às demandas dos grupos familiares rurais, tornando-se necessárias novas práticas de produção e incentivos do Estado para impulsionar suas atividades. Nesse contexto, é fundamental enxergar o meio rural como um campo de transformações, deixando de vê-lo apenas como um setor agropecuário e inerte (FREIRE, 1969; NICHOLLS et al. 1999). Essa nova dinâmica ressalta a importância de implementar ações e políticas que promovam outras formas de economias e relações de mercado e inclusivo no meio rural, criando um ambiente propício para o crescimento econômico e o bem-estar social das comunidades rurais.



Dessa forma, a compreensão abrangente do papel do meio rural contribuirá para moldar um futuro mais promissor para todos os habitantes do campo brasileiro (TAKAHASHI, 2013; CARNEIRO & VIVIAN, 2018). A agricultura familiar camponesa é considerada um modelo de desenvolvimento que promove melhores condições de vida, redução da pobreza e uma abordagem sustentável, com foco em produção diversificada, redução de insumos industriais e preservação ambiental no sistema de produção. A ONU, em 2014, declarou o Ano Internacional da Agricultura Familiar, destacando-a não apenas como um modelo econômico, mas também como base para a gestão sustentável da terra, biodiversidade e importante elemento cultural para cada sociedade, representando um pilar fundamental para o desenvolvimento global (ONU, 2004). No entanto, a efetivação dessa perspectiva demanda a valorização dos conhecimentos dos trabalhadores rurais sobre os aspectos naturais que influenciam sua produção, assim como as questões socioeconômicas. Prioriza-se, especialmente, o apoio às famílias que dependem da agricultura familiar, buscando superar os desafios relacionados à assistência técnica, acesso ao crédito e comercialização da produção. Essa abordagem da agricultura familiar como um caminho para o desenvolvimento sustentável, respaldado por referências da ONU e da agroecologia local, reforça a relevância de políticas públicas e investimentos que valorizem e fortaleçam esse setor, contribuindo para o progresso socioeconômico e ambiental das comunidades rurais.

Metodologia

O percurso metodológico adotado na pesquisa deste artigo, se fez a partir da revisão bibliográfica, aderindo a uma abordagem sistemática e criteriosa para coletar, selecionar e analisar informações pertinentes sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com questões alimentares. Inicialmente, a definição precisa do tema e dos objetivos da revisão delinea as principais áreas de interesse, incluindo a análise da eficácia do PNAE na promoção de uma alimentação saudável nas escolas. Posteriormente, uma busca abrangente é conduzida em bases de dados acadêmicas, periódicos científicos e fontes confiáveis, utilizando termos e palavras-chave relevantes para o âmbito do PNAE e suas implicações para a alimentação escolar, e do incremento de frutas nativas para a alimentação escolar. Os resultados da busca foram analisados levando em consideração seu conteúdo, qualidade metodológica e data de publicação, considerando as legislações atuais, que possam corroborar para o objetivo proposto deste trabalho. Após isso, os dados e informações provenientes dos materiais selecionados foram consolidados e analisados, identificando padrões, tendências e eventuais lacunas na literatura sobre o tema. Com base nessas análises, foram elaborada a conclusão ressaltando os principais achados da revisão, destacando a efetividade do PNAE na promoção da alimentação saudável nas escolas e identificando possíveis áreas para pesquisas futuras. A manutenção de rigor metodológico em todas as etapas do processo garante a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos na pesquisa de revisão bibliográfica. Este resumo se baseou na revisão literária, visando uma abordagem que permita



identificar, analisar e sintetizar informações existentes em fontes bibliográficas relevantes sobre a temática da política pública do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, e experiências de aplicação deste programa, a partir da inserção de frutas nativas como itens de compra, e a partir disto buscar o entendimento de como este item pode corroborar no processo de desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico local, utilizando os fundamentos legais, e a proposta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apresentada pelo governo federal, o documento "Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade" que aborda a relação entre a alimentação escolar e a agroecologia, que vem defender a promoção de uma alimentação mais saudável, diversificada e sustentável nas escolas. A metodologia de levantamento teórico é uma etapa essencial para discutir novas práticas e formas de incrementar a alimentação escolar, e promover a soberania alimentar e a produção agroecológica e socioambiental local, e nos permite a partir de outras experiências (Ubatuba, Caraguatatuba).

Resultados e Discussão

A aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar camponesa para o PNAE é um processo recentemente regulamentado. A justificativa da inviabilidade de fornecimento regular e constante para o não atendimento dos 30% da demanda requer uma interação eficiente entre quem compra (representando a demanda das escolas nos municípios) e quem vende (ofertando os alimentos produzidos pelas famílias camponesas). Para viabilizar essa interlocução, o planejamento dos cardápios escolares, como etapa inicial para a compra da agricultura familiar camponesa, precisa se basear em novos referenciais, que incluem a promoção da saúde alinhada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

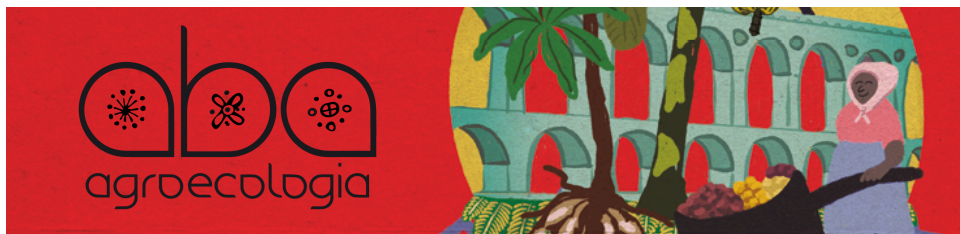
O PNAE induz e potencializa a afirmação da identidade das comunidades rurais, reduzindo a pobreza e a insegurança alimentar, além de incentivar a organização e associação das famílias agricultoras, fortalecendo o tecido social e dinamizando as economias locais. Essa abordagem também amplia a oferta de alimentos de qualidade e valoriza a produção familiar. Eduardo Sá (2012) destaca a relevância da agricultura familiar na alimentação escolar, estabelecendo uma conexão entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE, criado há mais de 50 anos, teve seu marco legal sancionado em 2009 após a mobilização da sociedade civil, principalmente por meio do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Com essa regulamentação, a alimentação escolar aderiu a uma abordagem mais saudável, incorporando frutas e legumes locais em seu calendário, respeitando sua sazonalidade e diversidade. Além disso, o conhecimento do ambiente e suas características é essencial para a agricultura ser rentável, produtiva de forma sustentável e economicamente viável. Trabalhar em sintonia com os cultivares adequados ao ambiente local torna as condições sociais e ambientais fundamentais para o sucesso das atividades agrícolas integrado ao meio local, como ocorre no litoral norte de São Paulo, que propõe o uso sustentável da Juçara (*Euterpe edulis*), aproveitando apenas seus frutos para produzir polpa,



fornecendo as escolas locais, e extração de sementes para a restauração local, cooperando com a cadeia produtiva sustentável, valorizando e promovendo a conscientização sobre sustentabilidade socioeconômica e ambiental, por demanda do Estado, com o apoio do município, que incorporou no seu cardápio escolar, o uso da polpa da Juçara (COSTA, 2015). A região de Cidadania Cantuquiriguaçu também utiliza o PNAE como um meio de desenvolvimento da cadeia de frutas, encontrando através desta política pública, uma estratégia para a inserção e promoção das frutas nativas, que vem encontrando dificuldades de comercialização em decorrência da baixa demanda (da Silva e Cassarino, 2023). O sistemas de produção empregando frutas nativas no Brasil não é uma prática comum, como também podemos ver no município de Paraibuna-SP, que apesar de vir alguns anos inserindo o Cambuci (*Campomanesia phaea*) e ser notório a presença de algumas frutas, como o próprio cambuci no cardápio escolar, a inserção destes ainda encontram muitas barreiras para o seu desenvolvimento, mesmo com frutas mais palatáveis e/ou que apresente maior durabilidade, dificuldade essas muitas vezes fomentada pela fragilidade destas cadeias produtivas e as incertezas em relação a mercados para estes produtos, oriundas do desconhecimento para com essas frutas. A ausência de subsídios aos produtores rurais e camponeses para fomentar a cadeia de frutas e o escoamento da produção. É fundamental que as políticas públicas fomentem as cadeias produtivas locais, visando a soberania alimentar a conservação e a preservação do meio, criando meios de inserção destes produtos à mesa local. O PNAE pode promover a inclusão por meio da merenda, mas para que seja uma ação efetiva é necessário que haja articulação local, entre os agentes locais de oferta (produtores) e demanda (agentes públicos, e consumidores), a partir da promoção destes alimentos, seja na inclusão dentro do cardápio, ou do fomento a rede produtiva, com ações de sensibilização local, além de ações de comunicação e promoção socioambiental para o consumo destes produtos. Nesse contexto, a agricultura familiar e suas práticas alinhadas à sustentabilidade desempenham um papel crucial no desenvolvimento rural e na promoção de uma alimentação escolar mais saudável e diversificada.

Conclusões

Em conclusão, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao destinar 30% dos recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, apresenta uma oportunidade única para os municípios do Vale do Paraíba impulsionarem o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades locais, alavancando a cadeia produtiva das frutas nativas da Mata Atlântica. A inclusão das frutas nativas no cardápio escolar não só promove a valorização da biodiversidade e produção de base ecológica, como também estimula hábitos alimentares saudáveis e o fortalecimento do cooperativismo e associativismo na região. Ao incentivar a interação entre produtores locais e a política pública vigente, o poder de compra do Estado se torna um indutor de transformação social e econômica, proporcionando



ciclos curtos de comercialização e abrindo novas oportunidades de mercado para as famílias agricultoras camponesas. Nesse contexto, a alimentação escolar se torna uma poderosa ferramenta para promover a prosperidade das comunidades rurais e impulsionar o desenvolvimento de ambientes sustentáveis na região.

Agradecimentos

Ao Instituto H&H Fauser por estar a mais de uma década lutando e fomentando a inserção das frutas nativas, a conservação da Mata Atlântica, e as políticas públicas como um indutor de melhoria da qualidade ambiental e social nos territórios do Vale do Paraíba.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (1999). Transformações contemporâneas do rural brasileiro: desafios para políticas públicas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 37(2), 35-61.

CARNEIRO, F. M., & VIVIAN, A. (2018). Políticas públicas de agricultura familiar no Brasil e a construção de territórios rurais: convergências e desafios. *Revista de Desenvolvimento Regional*, 22(1), 165-184.

COSTA, V. F. M. (2016) Programa do Uso do Fruto da Palmeira Juçara na merenda escolar do Município de Caraguatatuba - SP.

FERNANDES, B. M. (2014) Cuando la agricultura familiar es campesina. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores —1.ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

FREIRE, P. (1969). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

NICHOLLS, C. I., ALTIERI, M. A., & HENAO, A. (1999). *Agroecología y desarrollo rural*. Centro Internacional de Agricultura Tropical.

ONU (Organização das Nações Unidas). (2004). *International Year of Family Farming 2014*. United Nations.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. (2009). Lei 11.947/2009. Brasília: Ministério da Educação.

SÁ, E. (2012). A importância da agricultura familiar na alimentação escolar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 7(2), 54-61.

TAKAHASHI, K. (2013). Os territórios rurais brasileiros e o desafio da governança para o desenvolvimento sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 30(1), 101-123.